

**ATA Nº 10 DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA MULHER -- CDDM.**

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, por meio de videoconferência, na oportunidade, conduzida pela vice-presidenta do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, **MAISE CAROLINE ZUCCO** juntamente com a Presidenta do CDDM e Secretária da SPM/BA, **Dr.ª JULIETA PALMEIRA**.

Presentes as conselheiras **JULIANA CAMPOS**, representando a União Brasileira de Mulheres - UBM, **RENILDA DA SILVA SANTOS**, representando a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia - FETAG, **ODINETE PEREIRA SOUSA DAMASCENO**, representando a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda, e Esporte - SETRE, **SANDLA WILMA DE BARROS SANTOS**, representando a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS, **ANDREIA PINHEIRO ALMEIDA** representando a União de Negros e Negras pela Igualdade - UNEGRO, **JOSIANE CRISTINA CLIMACO**, representando o Fórum Nacional das Mulheres Negras da Bahia - FNMN, **JASMIM SANTOS SOUZA e LUCIANA ASSUNÇÃO**, representando a Associação Educacional Sons no Silêncio - AESOS, **LAYANE CLARA CONTRIM ARAÚJO**, representando a União Nacional dos Estudantes - UNE, **EDNA DA SILVA PINHO DE OLIVEIRA** representando o Movimento de Mulheres do Subúrbio Ginga - MMSG, **ADRIANA SANTOS SILVA**, representando o Movimento Vai ter Gorda - VTG, **LOURIVÂNIA SOARES SANTOS**, representando a Associação das Mulheres Pitadenses - AMP, **CÂNDIDA MARIA PIMENTEL PEREIRA**, representando a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia - SESAB, **MAGDA DE SOUSA ALMEIDA**, representando a Central de Cooperativas e empreendimentos Solidários do Estado da Bahia UNISOL, **RENILDA DA SILVA SANTOS**, representando a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia - FETAG, **MAISE CAROLINE ZUCCO**, representando o Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher - NEIM, **DANDARA LOPES CORREIA**, representando a Secretaria de Promoção e Igualdade - SEPROMI, **GABRIELA CALDAS QUINTÃO DA SILVA**, representando a União da Juventude Socialista - UJS, **THIFFANY ODARA LIMA DA SILVA**, representando a Aliança Nacional LGBT, **TEREZA CRISTINA DA SILVA BANDEIRA**, representando a Central de Trabalhadores do Brasil - CTB, **FLORA DASSANCE**, representando a FETIM.

Contamos com a presença de **Dr.ª JULIETA PALMEIRA e DANIELE COSTA**, Representando a Secretaria de política para as Mulheres - SPM, **ISIS MACAGNAM**, Coordenadora Executiva de Atividades Finalísticas da - SPM, **LAURA**, Assessora Especial da Secretária, a Assessoria Técnica Jurídica representada por **JORDANA BRITTO** e a Secretária Executiva do Conselho de Defesa dos Direitos das Mulheres - CDDM, **MILLENA PASSOS**.

Inicia-se a reunião, **MAISE CAROLINE ZUCCO** abre a ata cumprimentando todas as participantes, deseja a todas as conselheiras um ano melhor que o anterior, apresenta a pauta do dia a ser discutida, tendo como pontos a Abertura da 10ª sessão ordinária; Informes; Balanço da SPM; Balanço do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher; Aprovação da Ata nº 09, e o que ocorrer. Abre para informes gerais, sem manifestações das componentes, Maise Zucco traz o informe a seguir: que na semana do dia 22 ao dia 26 ocorrerá o congresso da UFBA, evento amplamente divulgado, as inscrições estão disponíveis de forma online, no endereço congressoufba2021.com.br, será discutido temas do interesse do conselho e de ampla conjuntura e pesquisas específicas, trazendo uma grande importância participar do espaço apresentado, serão disponibilizados vários horários para o evento, tudo será gravado e disponibilizado a posteriori.

Passa para o próximo ponto da pauta, referindo-se à aprovação da última ata referente a 9ª sessão ordinária ocorrida no dia 18/12/2020, referida ata está mais extensa que as anteriores, contando com 17 (dezesete) laudas, estando tudo instrumentalizado em decorrência do que foi apresentado pela SPM, pela Secretária e Presidenta do Conselho Dr.ª Julieta, conseguindo ter um panorama do que foi apresentado em reunião, até para aqueles que não tiveram oportunidade de participar do último encontro anual. Para aprovação da ata seria importante que as conselheiras fossem se manifestando através do Chat, sobre a aprovação ou alguma consideração que queiram destacar, em relação ao texto apresentado.

**ODINETE DAMASCENO**, no uso da palavra, cumprimenta todas as participantes, informa que não teve tempo de ler a ata, deste modo não apresenta nenhum comentário a acrescentar sobre os registros apresentados.

Outras Conselheiras informam via Chat, que se abstém de manifestar sobre a ata a ser aprovada por não conseguirem tomar ciência do conteúdo.

A Secretária Executiva **MILLENA PASSOS**, pede a palavra, destacando que a ata foi disponibilizada por duas vezes via e-mail e através do grupo de whatsapp, tendo as Conselheiras se comprometido a tomar ciência da ata, que seria enviado por e-mail os questionamentos a serem analisados, para formalização e aprovação do ato na referida sessão em execução.

Após análise via Chat, a 9ª Sessão ordinária é aprovada com Quórum para tanto.

Seguindo ao próximo ponto de pauta, passa a apresentar o balanço da SPM:

Com a palavra Dr.ª **JULIETA PALMEIRA**: inicia cumprimentando todo o Conselho dos Direitos das Mulheres, relata realizar desde que assumiu a SPM, é realizada a prestação de contas anual, no final de todo exercício, cumprindo como ocorre no Conselho Nacional de Saúde, observa-se ser Conselhos diferentes, mas se sente na obrigação de ter uma concepção legítima em prestar contas anualmente, desde que tomou freme da direção da SPM. Será tratado sobre as ações da Secretaria de Política para as Mulheres e ao final será apresentado um resumo da execução orçamentária da Secretaria, trazendo o que foi

feito em seus quase 10 (dez) anos de existência, fazendo aniversário no dia 11 mês de maio do corrente ano (Lei 12.212).

Passa a apresentar os trabalhos realizados em 09 (nove) anos de atividade da Secretaria:

1. A criação da Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres, definida por lei específica é uma rede que contém serviços de enfrentamento a violência, com participação de instituições.
2. No ano de 2020 foram criados os Núcleos Especializados de Assistência à Mulher - NEAM, implantados nas delegacias (03 núcleos).
3. Interpretando os gráficos apresentados, existia 01 (uma) casa abrigo de acolhimento à longo prazo, já em 2020 contamos com 03 (três) casas de apoio similar, de responsabilidade da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, tendo em vista que toda política de abrigamento, é ligada à referida Secretaria, havendo uma regionalização das casas abrigos, passando com o decorrer dos anos a serem oficializadas, tendo em vista que a casa abrigo de Salvador recebia mulheres de todo o Estado, tendo a Conselheira Sandla Barros presente, integrante do SJDHDS, pessoa que conduz a política de implantação do projeto.
4. Sobre a Ronda Maria da Penha, observamos um crescimento considerado, passou a existir no ano de 2018, sendo implantado no mesmo ano 14 (quatorze) equipamentos, estando neste exercício com 22 (vinte e dois) equipamentos.
5. Sobre os CRAMS (Centros de Referências a Atendimento às Mulheres), previsto na Política Pública para Mulheres, como integrante da Rede de Enfrentamento contra a Violência as Mulheres, são centros com equipes interdisciplinares, é uma forma de responsabilidade municipal assistidos pelo Estado, infelizmente ainda não abrange os 417 municípios do Estado, no ano de 2018 havia 32 (trinta e dois) CRAMS em funcionamento, estando atualmente com 33 (trinta e três) unidades, tendo inaugurado uma única unidade do país, trazendo prioridade de atendimento para a população indígena, instalada na cidade de Santa Cruz Cabrália, quando em 2020 em plena pandemia, os Governos reduziram de forma avassaladora a abertura de novas unidades no Estado, a SPM é responsável em disponibilizar equipamentos para as unidades, com a atualidade em que vivemos os Governos municipais não estão suportando arcar com os gastos das unidades, apresentando uma retração.
6. Em relação às Varas Especializadas, de responsabilidade do Tribunal de Justiça, abarcado pelo Poder Judiciário. No ano de 2018 contávamos com 02 (duas) unidades, contando com 08 (oito) varas no exercício 2020, quatro unidades estão instaladas em Salvador.
7. DEAM, contamos atualmente com 15 unidades no Estado.
8. NAM – Núcleos de Atendimento às Mulheres, implantado quando o Município informa não haver condições de manter o centro de referência, é iniciado um Núcleo na localidade, tendo 05 (cinco) unidades instaladas no Estado.
9. Sobre as Casas de Acolhimento, contamos com 03 (três) unidades instaladas no Estado, trata de uma política municipal, onde muitas prefeituras criam dificuldades

para manter referidas unidades, por haver outras prioridades e por questões específicas.

10. Defensoria Pública (NUDEM), temos 01 (uma) unidade em Salvador, e vários núcleos distribuídos em diversas cidades do Estado, não tendo um dado específico, referente aos núcleos, onde já foi solicitado à Defensoria do Estado e aguarda resposta.
11. Ministério Público (GEDEM), contamos com uma unidade em Salvador, não tendo ciência de outros núcleos instalados no interior do Estado, tendo solicitado referida informação.

Após apresenta um leque de atendimentos prestados às mulheres implantados até o atual exercício, além dos já expostos anteriormente, sendo eles: Disk 180, DPT/Sala Lilás, Serviço viver, Maternidades, DPT, Hospital da Mulher (atendimento a partir de 12 anos), Delegacia da Mulher e Programa Respeita as Mina (surgiu a partir do ano de 2017, com o objetivo de enfrentamento de assédio às mulheres no carnaval de Salvador). Apresenta o protocolo de feminicídio que foi amplamente descrito na 9ª sessão ordinária, constando de forma minuciosa na referida ata. Passa a apresentar as ações e projetos, relacionadas ao enfrentamento à violência contra a mulher:

1. Março mulher: atividade realizada pela SPM, antes da pandemia, tendo como ações palestras sobre relacionamento abusivo, no Sine Bahia, palestras sobre masculinidade tóxica na Embasa, Direitos Sociais das Mulheres na Bahia no SESC Pelourinho e a Campanha "Quem ama abraça fazendo Escola" (Lançado em 2011, coordenado pela SPM da Presidência da República, passando a aplicar o projeto no estado da Bahia através da SPM local no ano de 2015, em parceria com a Comissão dos Direitos da Mulher na Assembleia Legislativa da Bahia, apresentando o projeto nas Redes Escolares do Estado), todas as ações voltadas para a prevenção e o enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como a importância e fortalecimento da autonomia e empoderamento feminino.
2. Zap Respeita as Mina: criado pela SPM em outubro de 2020, é um serviço especializado de informações, denúncias e urgência, para mulheres em situação de violência, com integração ao serviço do disk 190 da SSP/BA, funciona 24hs por dia em 07 dias da semana, dos atendimentos já realizados 282 foram de urgência, para qual foi demandado encaminhamento de viatura da SSP.
3. Projeto Respeita as Mina – Litoral Sul: Assistido por Convênio Federal, através de emenda parlamentar apresentada pelo Deputado Davidson Magalhães, com início das ações no ano de 2017 em vigor até 2020, atendeu todos os 27 municípios do litoral sul.
4. Salas de Gênero: seu objetivo é discutir a problemática social, determinante da desigualdade de Gênero e outras formas de desigualdade social, classificação de professores e alunos sobre o contexto de gênero como parte do plano de formação do IAT.

5. 21 dias do ativismo, pelo fim da violência contra as mulheres: é uma campanha iniciada em 1991, pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), trata de uma mobilização do mundo para discutir e dar visibilidade a luta pela erradicação à violência de gênero e pela garantia dos direitos das mulheres. Ocorre no dia da Consciência negra, inicia no dia 20 de novembro até o dia 10 de dezembro, comemorado o dia dos direitos humanos, trabalho realizado com mulheres detentas, mulheres produtoras rurais, mulheres rendeiras, mulheres Quilombolas, casais em situação de rua, reuniões com a rede de enfrentamento a violência contra as mulheres, assim como lives abordando assuntos referentes a violência de gênero.

Sobre as Ações de enfrentamento à Covid 19:

1. Rede Mulher Solidária: com o objetivo de amenizar o impacto causado na vida das mulheres, pelas medidas sanitárias e de isolamento social, necessárias ao combate do novo corona vírus, lançado pela SPM, com a participação de outras instituições. O foco será especialmente voltado para as mulheres chefas de família monoparentais. O programa atuou na captação de recursos, itens alimentícios e de higiene pessoal e na mobilização de pessoas e instituições com o propósito de garantir a aquisição de materiais e produtos que compõem o kit mulher solidária para distribuição entre grupos, coletivos e associações de mulheres, em situação de vulnerabilidade social, nos bairros de Salvador e municípios mais atingidos pela covid-19. Distribuído até o momento 80 toneladas de alimentos.
2. Combate e prevenção da corona vírus, dentro da Secretaria de Política para as Mulheres, com a desinfecção de ambientes, uso de máscaras, disponibilização de álcool 70%, higienização das mãos, dentre outros elementos importantes para o combate à pandemia.

Sobre a autonomia econômica e social:

1. Edital março Mulheres: com tema Respeita as Mina, cujo objetivo é selecionar projetos de organizações da sociedade civil, que contribuam para fomentar a autonomia, o empoderamento, a promoção e defesa dos direitos das mulheres e prevenir e enfrentar a violência contra as mulheres.
2. Casas de farinha móvel: Licitação e chamada pública, visa o fortalecimento da organização produtiva de mulheres trabalhadoras rurais do Estado da Bahia, por meio da aquisição do equipamento e posterior cessão de uso visando o beneficiamento da mandioca para a produção de farinha e demais derivados e promoção à autonomia econômica direta destas mulheres, através da cidadania e qualificação. Além da entrega do bem o projeto prevê formação dos grupos de mulheres em gestão econômica, financeira, administrativa e de pessoal, políticas públicas para as mulheres rurais e prevenção e enfrentamento à violência e diferentes formas de organização, processos. Em 2020 foram adquiridas 10 casas de farinha móvel, todas adquiridas através de processo licitatório, dentre as aquisições 04 unidades destinadas para projeto de inclusão social e produtiva para

mulheres trabalhadoras rurais de comunidades quilombolas por emenda parlamentar Tia Eron. 01 casa de farinha através do convênio estadual FUNCEP. 05 casas de farinha móveis, por processo de chamada pública, contemplando 10 organizações da sociedade civil, emenda parlamentar Deputada Alice Portugal e Daniel Almeida, cujas entregas estão programadas para o ano corrente, em decorrência da pandemia.

3. Parcerias em ações integradas com outras secretarias do Estado: SETRE – Cine Bahia Mulher, SESOL (formação de mulheres de grupos produtivos); comitê gestor da agenda do trabalho Decente; SECTI – Projeto mulheres nas ciências. Grupo de trabalho Hub Mulher / política para atração de mulheres empreendedoras para o Parque Tecnológico; SEC – Quem ama abraça e salas de Gênero; SSP – Ronda Maria da Penha, Zap Respeita as Mina e outros; SJDHDS – Rede de enfrentamento / casa abrigo e de acolhimento; SEAP – Mulheres em restrição de liberdade; SESAB – Saúde da Mulher / Hospital da mulher e maternidades.

**Sobre o ponto de vista da Comunicação e mídia:** apresentação de campanha de sensibilização.

1. Fevereiro Carnaval 2020, 19 a 25 de março: Objetivo, combater o assédio e importunação sexual durante o evento, trabalhado há 04 anos consecutivos;
2. Fevereiro e março de 2020 (19 a 17 de março): Casa Respeita as Mina – espaço para orientação às mulheres durante o carnaval, debate, oficinas, dentre outros. Público alcançado 10 mil pessoas.
3. Maio – 27/05/2020: Campanha de sensibilização “Lave as mãos contra o coronavírus, contra a violências doméstica não!” peças publicitárias: outdoor (Salvador), outdoor social: 110 (Salvador), Carro de som: 30 municípios, spots rádio: capital e interior; anúncio em jornais, parceria com sites BN e BNews.
4. Junho (08/06/2020): criação da Rede Mulher Solidária com a participação de outras instituições, com produção de conteúdo para sites e redes sociais e divulgação para a imprensa, produção de Logomarca, card, faixas, adesivo, totens, flyer, caixa de coleta.
5. Julho (30/07/2020): Julho respeita as Pretas, ação em rede social, com divulgação semanal de dicas de leitura, com foco na produção literária de mulheres negras; Live Conferência, Lançamento do Pod Cast respeita as Mina.
6. Agosto (01 a 31/08/2020): “Agosto Lilás” em comemoração aos 14 anos da Lei Maria da Penha e ao mês dedicado ao enfrentamento da violência de gênero.
7. Setembro e outubro (30/09 a 05/10/2020): Webinar Cidades democráticas para mulheres, possibilitando às mulheres candidatas a cargos legislativos e majoritários nas eleições municipais de 2020 a participar de cursos, com a iniciativa da SPM-BA e do Instituto Patrícia Galvão.
8. Outubro – 08/10/2020: Webinar “Covid-19 e a Economia: O impacto na vida das Mulheres”, realizado pela SPM-BA, com transmissão no youtube e facebook da Secretaria.

Campanha de lançamento do Zap Respeita as Mina.

9. Novembro – 25 a 28/11/2020: “Unidas: Mulheres em diálogo” Salvador e Berlim se uniram como cidades-sedes do evento, mobilizando convidadas das mais diversas trajetórias, representatividades e origens para desenvolver pensamentos e ações visando o fortalecimento da luta pela igualdade de gênero.
10. Dezembro – 04/12/2020: Abraço simbólico dos 21 dias do ativismo pelo fim da violência contra a mulher, nas esculturas “As meninas do Brasil”, conhecidas como as gordinhas de Ondina. Tendo como objetivo chamar a atenção da população para as questões relacionadas à violência contra as mulheres. Campanha 21 dias do ativismo (vídeo patrocinado nas redes sociais), apresentando como foco a participação de homens na luta pelo enfrentamento à violência de gênero.

Sobre a produção de conteúdos:

- Redes Sociais: divulgação no facebook, Instagram e Twitter.

Sobre a Execução Orçamentária:

1. Foi disponibilizado para a SPM, através da Lei 14.184 10/01/2020, o valor correspondente a R\$ 3.396.000,00 (oito milhões, trezentos e noventa e seis mil reais), que corresponde a 0,17% em relação a todo o orçamento do Estado.
2. O valor executado no ano de 2020, correspondeu a R\$ 5.735.566,00 (cinco milhões setecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais).
3. Referente ao ano de 2021 a Secretaria está em processo de solicitação, no que a secretaria de planejamento destinará à Secretaria.

**Drª Julieta Palmeira** finaliza, informando que ainda há muito o que ser feito, por ser uma Secretaria nova, com orçamento muito restrito e com um desafio muito grande pela frente, agradece a toda a equipe da SPM pelo trabalho e empenho agradece a atenção de todas as Conselheiras.

Transferida a palavra para **MAISE ZUCCO**, agradece a Secretária por toda explanação e apresentação dos números, são interessantes para pensar no Conselho e avaliar as ações para o exercício atual, tendo que conviver com a pandemia ainda, não tendo progredido sobre o aspecto da Covid-19, pelo menos na questão da necessidade do distanciamento social, tendo o avanço da vacina, mas provavelmente emprego e renda, serão temas ainda muito importantes dentro do que estamos passando analisando a realidade das mulheres, deste modo é necessário pensar sobre as ações a serem executadas neste exercício atual.

**SANDLA BARROS** solicita a palavra para retificar algumas informações sobre a casa abrigo, são eles:

1. A Casa Abrigo não é um equipamento ligado a política de direitos humanos, origina-se da política de assistência social, infelizmente na Bahia não temos uma Secretaria de Assistência Social, existindo apenas uma superintendência, que está na Secretaria de Justiça de Direitos Humanos e Social, muito embora o serviço para acolhimento às Mulheres em situação de violência, que é executado na casa abrigo

é tipificado pelo Serviço Nacional Sócio Assistenciais, através da resolução 109/2009, referente a Política de Assistência Social.

2. A segunda retificação refere-se aos pontos apresentados sobre a SJDHDS, que a Secretaria pretende abrir mais quatro casas abrigo, referida informação não confere, quando foi implantada regionalização, a proposta era 05 (cinco) casas abrigos no Estado, inicialmente foram implantadas 03 (três) casas, tendo como proposta que até 2022, no final do Governo Ruy Costa, fossem implantadas mais 02 (duas) casas abrigo, só que até o presente momento a Secretaria vem revendo esta decisão de implantar mais 02 (duas) casas, tendo em vista que forma implantadas em dezembro de 2018, em 2019 tiveram apenas 32 (trinta e dois) abrigamentos, dentro das 60 (sessenta) vagas temporárias de 180 dias disponíveis, muito embora as mulheres nunca utilizam todo o prazo disponível. No ano de 2020 ocorreu apenas 27 (vinte e sete) abrigamentos. Existindo uma discussão na Secretaria se realmente é necessário investir em mais casas abrigos, sendo que as três em funcionamento não estão sendo utilizadas como deveria, pelos 417 municípios. Deste modo, não existe afirmações se haverá ou não, novas implantações dessas casas de abrigo.
3. E a terceira retificação a ser feita, trata sobre a afirmação que a Bahia tem 03 (três) casas de acolhimento, uma em Feira de Santana, uma em Alagoinhas e uma em Jacobina, não confere, tendo em vista que em Feira de Santana nunca teve casa de acolhimento, a Secretaria em que atua vem rebatendo que não existe referida casa, na cidade havia uma casa de abrigo municipal, que quando ofertado pela Secretaria que representa, a possibilidade de Regionalização, a casa foi fechada e implantada a casa abrigo Regional. Existe uma casa de Acolhimento em Salvador, trazendo um conflito de localidade referente à Casa Abrigo. Finaliza seu discurso, agradecendo a atenção de todas.

**CÂNDIDA PIMENTEL**, a pedido se manifesta, elogia a apresentação da Secretária, através do seu discurso verifica que foi feita várias ações, mesmo em meio à pandemia, vem relatar que o número de abusos sexual infantil de outubro de 2020 até os dias atuais cresceu bastante, inclusive referente a pedido de aborto previsto em lei, inclusive na data anterior (11/02/2021), recebeu dois pedidos de aborto a ser realizado, ou seja, as pessoas estão cometendo falhas no atendimento, na respectiva data começou a mobilizar os Municípios, que nesse ano tivemos mudança de gestão, muitas pessoas novas no comando, tendo que começar do zero as ações sobre os assuntos em tela, solicita às conselheiras que são do interior para abraçar a mesma causa, mobilizando e organizando o fluxo de assistência à pessoas com situação de violência, com o objetivo de diminuir o índice que vem crescendo de forma desacelerada. Encerra, agradecendo a atenção.

Dr.<sup>a</sup> **JULIETA PALMEIRA**, passa a responder: sobre as retificações da Conselheira **Sandra Barros**, informa que participou muito dessa discussão sobre o controle de casas de abrigos regionais, posto que a SPM fazia parte da Câmara Técnica, da política de abrigamento, chegou a ir até Brasília para discutir sobre o assunto com integrantes da

SJDHDS, deste modo se passou a ideia de que considerava que estes projetos eram ligados a política de direitos humanos, de fato houve falha, tendo certeza que a competência é da Secretaria de Políticas Sociais, é uma política de abrigo.

Sobre as casas abrigo, mediante as informações recebidas, haviam 03 (três) casas abrigos, tendo **Sandla Barros** esclarecido de forma exemplar sobre a realidade dos fatos.

Quanto às Casas de Acolhimentos, passa a complementar que Casas de Acolhimentos são de responsabilidade dos Municípios, mas a mídia de forma equivocada trata ambos os termos como casa Abrigo, o que na verdade esse trata de Casa Abrigo Regionalizada. Tendo informações do Setor responsável, por intermédio da Secretária Rogéria que a mesma casa que hoje é uma espécie de CRAM, será também uma casa de passagem, aproveita para atualizar a quantidade de CRAM's em Salvador, onde nos slides não foi incluído o CRAM instalado em Fazenda Grande- Cajazeiras no mês de janeiro do corrente ano.

Sobre as Casas de Acolhimentos, será necessário checar no âmbito dos Municípios, tendo em vista que às vezes as informações chegam de forma distorcida, assim irá buscar informações precisas para confirmar a retificação apresentada sobre os dados de Feira de Santana, Alagoinhas e Jacobina. Agradece atenção, de todas pela participação mediante a prestação de contas de um ano tão difícil em que foi vivenciado por todos, tendo a equipe se desdobrado para elaborar e tomar iniciativas, onde muitas delas aparecerão agora no mês de março, inclusive já anuncia que haverá a implantação do Sac Mulher Digital, a implantação da plataforma de negócios para mulheres empreendedoras, a Casa Respeita as Mina passará a ter uma produção de conteúdo, com parceria através do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha em conjunto com a SECT, voltada para o empreendedorismo feminino. Finaliza.

**MAGDA ALMEIDA**, pede a palavra e faz o seguinte questionamento: Sobre a Questão da Rede Mulher, voltado para as comunidades que foram atendidas na região metropolitana, no que diz respeito às doações.

**Dr.ª JULIETA PALMEIRA** responde que as doações das Redes Mulher Solidária ocorreram na região metropolitana e as 132 toneladas enviadas pelo Governo Federal tinha uma exigência que envolvia o partilhamento de 400 cestas básicas, para em média três pessoas com o objetivo de garantir segurança alimentar no período de 30 dias, para Salvador e o restante para os CRAM's, foi uma ação já com destinação específica, intermediada através de um Convênio Federal, tendo como exigência que fosse colhido assinatura e número de CPF de cada mulher que fosse beneficiada com os alimentos, tendo a SPM conseguido concluir as entregas mesmo em tempo de Pandemia. Finaliza.

**MILENA PASSOS**, Secretária Executiva do CDDM, no uso de sua palavra passa a apresentar o balanço do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher:

Informa que disponibilizará os dados por e-mail e WhatsApp através do grupo, para que as conselheiras façam uma análise minuciosa, tendo em vista contamos com pouco tempo para análise neste ato.

Passa a apresentar:

No exercício de 2020 tomaram posse 12 (doze) Conselheiras e suas suplentes, representantes da Sociedade Civil, com mandato entre o ano de 2020 a 2024, iniciando os trabalhos no mês de fevereiro de 2020, com 06 (seis) Secretarias envolvidas que faz parte do Conselho.

O ano de 2020 foi concluído com 09 encontros, como faz prova as atas específicas de cada ato.

A Secretária Executiva foi convidada para fazer formação em dois municípios antes da Pandemia nas cidades de Ilhéus e Presidente Tancredo Neves em seus Conselhos.

No exercício anterior ocorreram várias lives e webnários, dando oportunidade de dar continuidade nos trabalhos de forma virtual, mesmo com todas as limitações apresentadas com a Pandemia.

A divulgação de campanhas em prol de mais mulheres na política, de forma virtual, houve uma participação ampla de mulheres nessas lives, tendo inclusive mulheres que conseguiram se eleger em cargos legislativos.

**MAISE ZUCCO**, complementa a fala da Secretária Executiva, passa a apresentar alguns pontos que precisam ser melhorados no Conselho: Vivenciamos um período de adaptação que não é fácil, referente aos encontros online, algo que não ocorria antes que a pandemia se instalou no mundo, os orçamentos passaram a estar atrelados à questão da Covid. Verifica a importância de construir uma agenda para haver uma organização específica dos atos a serem executados pelo conselho, tendo em vista que o exercício passado as execuções do conselho aconteceram de forma atropelada, observa a necessidade de uma gestão maior em conjunto com a organização de cada ato, entendendo que não adianta fazer crítica sem fazer proposta, para tanto a interlocutora já se coloca à disposição para elaborar um questionário, sendo necessário o engajamento de todas as conselheiras para responder o questionário, listando data importantes a serem lembradas no Exercício atual e construir um calendário para estudar a melhor forma de atuar no corrente ano. Requer uma reunião com pauta única para estabelecer a agenda anual, com o objetivo de traçar planos para o exercício que se inicia.

**Dr.ª JULIETA PALMEIRA**, pede a palavra para apresentar um informe: que no início do mês de fevereiro ocorreu a publicação do Regimento e do documento que apresenta a Conferência Nacional dos Direitos das Mulheres, a ser realizada no mês de março, trata de um documento muito mal elaborado, tendo em vista que não se refere a nenhuma política pública de mulheres, é um documento que se resume em comparar o auxílio emergencial ao programa bolsa família, inclusive apresentando informações incorretas, levantando que o auxílio emergencial é uma ação do Governo Federal, o que não é verídico, tendo em vista que referido auxílio foi aprovada pelo Congresso Nacional, através do Governo federal. Referido documento traz uma ampla insuficiência em relação ao resgate das Políticas Públicas para as Mulheres, declarando ser uma opinião particular. Sobre o regimento, apresenta uma retração sobre as delegações estaduais, constando uma valorização aparente dos municípios, ouve um aumento das delegados do Governo Federal, comparado a outras conferências, entendendo que essa Conferência será

realizada em um momento muito impróprio, existindo diversas outras medidas a serem realizadas mediante à covid-19 e seu impacto, tendo como prioridade a disponibilização da vacina, a questão do emprego, a questão da sustentabilidade alimentar, uma solução para a geração de renda, precisa haver uma mobilização muito grande para erradicar essas questões que assolam as mulheres de um modo geral, ressaltando que essas etapas da realização da conferência precisa ser realizada de forma virtual. Acrescenta que o Governo está disposto a discutir com o Conselho sobre o assunto, entendendo que não é o momento da Conferência ser realizada, tendo que prorrogar para um momento mais oportuno, tendo em vista a Pandemia em que estamos vivendo.

A maior parte das Conselheiras se manifestam discordando da data apresentada para a realização da 5ª Conferência Nacional dos Direitos das Mulheres, por conta da pandemia.

**DANIELE COSTA**, no uso de sua palavra responde aos questionamentos, informando que a SPM também apresenta as mesmas indagações, tendo em vista que a Conferência é um espaço importantíssimo a ser valorizado enquanto controle social da sociedade civil, elaboração e revisão das políticas públicas, sendo um espaço conquistado por todas as mulheres empenhadas no início do governo Lula, pós criação da secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, estamos vivendo um momento atual repleto de dificuldades apresentados pelo atual governo, que mesmo mantendo esse arranjo institucional de uma Secretaria que não tem mais status de Ministério, não há investimento de fato nos programas e projetos que eram desenvolvidos antes, como ações estratégicas do programa "Mulher Viver sem Violência" nas áreas de enfrentamento, área de autonomia, estando resistindo e sobrevivendo atualmente, a partir de convênios federais por emendas impositivas da bancada no Congresso Nacional, são esses programas e projetos que ainda são desenvolvidos com o financiamento dessas emendas impositivas, além do orçamento do próprio Estado, estamos vivendo um momento de bastante retrocesso na área institucional da política pública. No ano de 2018, quando a conferência foi lançada pelo Governo Temer, poucos Estados realizaram conferências, acreditando que só o Estado de Pernambuco conseguiu fazer um Congresso muito acelerado em sua atuação.

O que a Secretaria tem acompanhado, por estarem atuantes nas instâncias nacionais, deste modo, todas as reuniões que a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres convoca para gestoras públicas a SPM tem participado, inclusive vocacionando outras secretarias, constituindo um fórum do nordeste de gestoras públicas, com o objetivo de construir esse contraponto com a política nacional de retrocesso, lançando notas em conjunto, com pensamentos articulados com as demais gestoras do Nordeste.

O que a Secretaria sugere é que o Conselho discuta esses quesitos tomando uma posição e leve o posicionamento discutido, mas não sendo aprovado o discurso apresentado no Conselho Nacional, será necessário realizar o processo de mobilização e realização das conferências, o desejo é sugerir o adiamento da realização da Conferência Nacional para o próximo ano, levando em consideração que o próprio Ministério da Saúde relata em seus depoimentos a expectativa que até o final do ano de 2021, toda a população brasileira ou sua grande maioria, será vacinada, sendo uma expectativa que também temos sobre o

assunto, tendo o Ministério da Saúde apresentado inclusive um cronograma, deste modo, o objetivo da realização da Conferência Nacional vislumbra-se sua ocorrência para o próximo ano (2022), estabelecendo que o corrente ano estamos no período de pandemia, com muita instabilidade, acreditando que o Amazonas passará por um 3º ciclo de pandemia, sendo a informação extremamente preocupante, tendo em vista que nem passou a 2ª onda dessa doença, na Bahia já estamos com índices alarmantes, onde não sabemos o que fazer, estando entre a faixa vermelha e a faixa amarela, deste modo, realizar uma conferência em tempos como estamos vivendo, é considerado muito temerário. Sabemos da importância da Conferência, é necessária sua realização, mas é necessário discutir uma sugestão para sua realização ser prorrogada para o próximo ano.

A Conselheira **EDNA PINHO**, questiona se não for aceito a prorrogação para o próximo ano, o conselho Estadual estará obrigado a participar do pleito; **DANIELLE COSTA**, em resposta, informa que havendo a negativa da prorrogação da realização da Conferência, será marcada uma reunião extraordinária com as conselheiras estadual, para tratar do assunto e construir um processo, sugerindo que a Conferência ocorra ao menos de forma digital, trazendo alternativas viáveis, dentre elas, que o ato aconteça de forma online, tendo em vista que no regimento aprovado, as conferências livres e online não são eletivas, trazendo apenas as Conferências presenciais como parâmetro eletivo. Será um trabalho árduo, tendo em vista a necessidade de fazer mobilização em todo o interior do Estado, para constar a SPM está conseguindo agregar a equipe técnica em viagens agora, aplicando de forma minuciosa, todos os procedimentos de segurança, como realização de exames de testagem antes da viagem e após sua chegada, verifica-se a existência de equipe sintomática, porque havendo uma servidora apresentando sintomas, a viagem será suspensa, tendo todos os cuidados necessários preservados, deste modo as execuções estão realizadas de forma preventiva por questões de instabilidades vivenciadas com a pandemia. Deste modo é necessário observar que abrindo um processo de conferências municipais na situação em que estamos vivenciando, observando que através do regimento as Conferências devem acontecer no final do mês de março do corrente ano. Tendo os meses de março, abril e maio para realização das conferências municipais e os meses de junho e julho a realização das conferências Estaduais, do ponto de vista administrativo os processos de conferência já estão abertos, por estar agendado sua realização para o ano passado (2020), com a pandemia foi necessário a suspensão de todos os procedimentos administrativos, tendo encaminhado para todas as secretarias indicações para as comissões organizadoras, já tendo recebido indicações das referidas comissões do Estado tendo a CDDM como participante, muito embora, todo o processo está paralisado por conta da instabilidade que estamos vivendo.

Outras conselheiras sugerem através de mensagem via chat, sobre a prorrogação da Conferência para o próximo ano e caso não seja aceita a proposta, analisar a possibilidade de realização do pleito de forma virtual.

Em seguida **MAISE ZUCCO** solicita a palavra para apresentar a seguinte colocação: que não vai replicar nem repetir sobre o que as conselheiras já apresentaram, pois também faz

coro ao conteúdo discutido, tendo apenas dois elementos práticos que a interlocutora adicionaria: qual seria o maior produto da conferência, sendo os planos de políticas para as mulheres, tendo que ser analisado que os planos estão todos atrasados, deste modo não será possível ter acesso a esta demanda, não trazendo mudanças de forma geral no sentido de acelerar ou atrasar a criação do referido plano, levando-se em consideração que estamos em um governo com atuações extremamente complicadas, não é possível analisar se o produto da conferência o que será utilizado, não sabemos como será sua efetividade, deste modo acelerar o processo não vai garantir nenhuma política ou a garantia de nenhum orçamento que o plano plurianual já foi apresentado, não alterando a realidade orçamentária de Estados e Municípios que aumentam no primeiro ano de gestão municipal, mas também não será interferido, entendendo que na prática não muda muito a realidade em que está sendo vivenciada, tendo em vista a inexistência de vacina, cerceando um tipo de debate presencial que ocorre de forma completamente diferenciada, estando de acordo com as conselheiras quanto aos demais questionamentos apresentados. Se posiciona pela apresentação da prorrogação, tendo em vista que essa prorrogação não seja acatada marca-se uma data para discutir sobre uma melhor política a ser feita em torno do melhor caminho a ser tomado, mas precisamos decidir questões por partes, verificando a possibilidade de prorrogação do congresso em primeiro momento, que as demais conselheiras se posicionem através do chat para definir a questão. Passando a palavra para quem quiser se posicionar.

**EDNA PINHO** pergunta se a cópia do regimento foi disponibilizada para as conselheiras.

**MAISE ZUCCO**, informa que disponibilizou o link do regimento no chat, podendo disponibilizar no grupo da CDDM.

**DANIELE COSTA**, requer a palavra e apresenta uma iniciativa realizada na gestão e que vem dando um resultado positivo, podendo a Sociedade Civil também executar, que seria fazer a articulação das representantes das sociedades civil em conselhos Estaduais para fazer um fórum de debates sobre essas questões, observa ser muito importante a rearticulação nacional da sociedade civil, tendo em vista que o Conselho Nacional tem uma configuração bastante difícil, analisando as suas atribuições o papel do Conselho Nacional mudou muito na gestão atual do Governo.

**MAISE ZUCCO** propõe uma alternativa, qual seja, estabelecer um contato mais direto, sem esperar a realização das reuniões nacionais, possibilitando a articulação de forma mais célere com a Rede Nordeste através dos seus conselhos e essa articulação nacional, podendo verificar a possibilidade de criar um grupo no whatsapp, para fazer contato mais rápido. Apresenta a necessidade de criar uma comissão para integrar aos atos do 8M, para representação, requer o posicionamento das conselheiras sobre o assunto, para criação dessa equipe, para acompanhar as ações referentes ao ato.

A conselheira **JULIANA CAMPOS**, manifesta de forma positiva para a criação de referida comissão.

**EDNA PINHO** informa que o GINGA já tem representação no 8M, estando favorável á criação da comissão.

**MAGDA DE SOUSA ALMEIDA**, manifesta estar acompanhando através da UNISOL.

**MAISE ZUCCO** acrescenta ser interessante criar a comissão com os componentes que já estão acompanhando, propondo como participantes as conselheiras Juliana, Edna e Magda. **EDNA PINHO** informa que está sendo acompanhado por Adriana representando o GINGA, mesmo assim a conselheira se coloca à disposição para participar das reuniões, desde que a reunião não seja realizada de forma presencial.

**MAISE ZUCCO**, informa haver uma reunião nesta mesma data, às 18 (dezoito) hs, e requisita as três conselheiras para acompanhar o ato, se coloca à disposição para também participar da reunião para em outra oportunidade transmitir para as interessadas o que foi tratado na sessão, podendo ver a possibilidade de um revezamento entre as conselheiras para representar o conselho em todas as reuniões, informa que **MAGDA ALMEIDA** disponibilizará o link para acesso a reunião.

**MAISE ZUCCO** apresenta a aprovação de todas as conselheiras para o pedido de prorrogação da Conferência Nacional, informa que a próxima reunião a ser discutida em pauta única sobre o planejamento e organização do conselho. Finaliza a reunião desejando um ótimo exercício para o conselho.

Finalizo a Ata, agradecendo a todas as Conselheiras presentes, da qual, para constar, eu, **MILLENA ALMEIDA SILVA** lavrei a presente ata, que se aprovada, será assinada pelas conselheiras presentes.

Salvador, 12 de fevereiro de 2021.

### SOCIEDADE CIVIL

Maise Caroline Zucco (NEIM) Maise C Zucco

Juliana Campos (UBM) \_\_\_\_\_

Renilda da Silva Santos (FETAG) Renilda

Andreia Pinheiro Almeida (UNEGRO) Andreia

Jasmim Santos Souza (AESOS) Jasmim

Luciana Assunção (AESOS) Luciana

Layane Clara Contrim Araújo (UNE) \_\_\_\_\_

Edna Da Silva Pinho De Oliveira (MMSG) Edna da Silva Pinho de Oliveira

Adriana Santos Silva (VTG) Adriana

Lourivânia Soares Santos (AMP) Lourivânia

Magda de Sousa Almeida (UNISOL) Magda de Sousa Almeida

Gabriela Caldas Quintão da Silva (UJS) Gabriela Caldas

ThiffanyOdara Lima da Silva (ALIANÇA) Thiffany Odara Lima da Silva

TerezaCristina da Silva (CTB) Tereza Bandeira

Flora Dassance (FETIM) Flora Dassance Vieira

**PODER PÚBLICO**

Julieta Palmeira (SPM/BA) Julieta Palmeira

Daniele Costa (SPM/BA) Daniele Costa

Cândida Maria Pimentel (SESAB) Cândida Maria Pimentel

Dandara Lopes Correia (SEPROMI) Dandara Lopes Correia

Odinete Pereira Sousa Damasceno (SETRE) Odinete Pereira Sousa Damasceno

SandlaWilma de Barros santos (SJDHDS) Sandla Wilma de Barros Santos

**ASSESSORIA JURÍDICA**

Jordana Britto (ASTEC/SPM) \_\_\_\_\_

Milena Almeida Silva

**MILLENA ALMEIDA SILVA**

Secretária Executiva

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CDDM

## ATA Nº 10 DA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER – CDDM.

Aos doze dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, por meio de videoconferência, na oportunidade, conduzida pela vice-presidenta do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher, **MAISE CAROLINE ZUCCO** juntamente com a Presidenta do CDDM e Secretária da SPM/BA, **Dr.ª JULIETA PALMEIRA**.

Presentes as conselheiras **JULIANA CAMPOS**, representando a União Brasileira de Mulheres - UBM, **RENILDA DA SILVA SANTOS**, representando a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia - FETAG, **ODINETE PEREIRA SOUSA DAMASCENO**, representando a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda, e Esporte – SETRE, **SANDLA WILMA DE BARROS SANTOS**, representando a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, **ANDREIA PINHEIRO ALMEIDA** representando a União de Negros e Negras pela Igualdade – UNEGRO, **JOSIANE CRISTINA CLIMACO**, representando o Fórum Nacional das Mulheres Negras da Bahia – FNMN, **JASMIM SANTOS SOUZA** e **LUCIANA ASSUNÇÃO**, representando a Associação Educacional Sons no Silêncio – AESOS, **LAYANE CLARA CONTRIM ARAÚJO**, representando a União Nacional dos Estudantes – UNE, **EDNA DA SILVA PINHO DE OLIVEIRA** representando o Movimento de Mulheres do Subúrbio Ginga - MMSG, **ADRIANA SANTOS SILVA**, representando o Movimento Vai ter Gorda – VTG, **LOURIVÂNIA SOARES SANTOS**, representando a Associação das Mulheres Pitadenses – AMP, **CÂNDIDA MARIA PIMENTEL PEREIRA**, representando a Secretaria da Saúde do Estado da Bahia – SESAB, **MAGDA DE SOUSA ALMEIDA**, representando a Central de Cooperativas e empreendimentos Solidários do Estado da Bahia UNISOL, **RENILDA DA SILVA SANTOS**, representando a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado da Bahia - FETAG, **MAISE CAROLINE ZUCCO** representando o Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher – NEIM, **DANDARA LOPES CORREIA**, representando a Secretaria de Promoção e Igualdade – SEPROMI, **GABRIELA CALDAS QUINTÃO DA SILVA**, representando a União da Juventude Socialista - UJS, **THIFFANY ODARA LIMA DA SILVA**, representando a Aliança Nacional LGBT, **TEREZA CRISTINA DA SILVA BANDEIRA**, representando a Central de Trabalhadores do Brasil – CTB, **FLORA DASSANCE**, representando a FETIM.

Contamos com a presença de **Dr.ª JULIETA PALMEIRA** e **DANIELE COSTA**, Representando a Secretaria de política para as Mulheres – SPM, **ISIS MACAGNAM**, Coordenadora Executiva de Atividades Finalísticas da – SPM, **LAURA**, Assessora Especial da Secretária, a Assessoria Técnica Jurídica representada por **JORDANA BRITTO** e a Secretária Executiva do Conselho de Defesa dos Direitos das Mulheres – CDDM, **MILLENA PASSOS**.

Inicia-se a reunião, **MAISE CAROLINE ZUCCO** abre a ata cumprimentando todas as participantes, deseja a todas as conselheiras um ano melhor que o anterior, apresenta a pauta do dia a ser discutida, tendo como pontos a Abertura da 10ª sessão ordinária; Informes; Balanço da SPM; Balanço do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher; Aprovação da Ata nº 09, e o que ocorrer. Abre para informes gerais, sem manifestações das componentes, Maise Zucco traz o informe a seguir: que na semana do dia 22 ao dia 26 ocorrerá o congresso da UFBA, evento amplamente divulgado, as inscrições estão disponíveis de forma online, no endereço congressoufba2021.com.br, será discutido temas do interesse do conselho e de ampla conjuntura e pesquisas específicas, trazendo uma grande importância participar do espaço apresentado, serão disponibilizados vários horários para o evento, tudo será gravado e disponibilizado a posteriori.

Passa para o próximo ponto da pauta, referindo-se à aprovação da última ata referente a 9ª sessão ordinária ocorrida no dia 18/12/2020, referida ata está mais extensa que as anteriores, contando com 17 (dezesete) laudas, estando tudo instrumentalizado em decorrência do que foi apresentado pela SPM, pela Secretária e Presidenta do Conselho Dr.ª Julieta, conseguindo ter um panorama do que foi apresentado em reunião, até para aqueles que não tiveram oportunidade de participar do último encontro anual. Para aprovação da ata seria importante que as conselheiras fossem se manifestando através do Chat, sobre a aprovação ou alguma consideração que queiram destacar, em relação ao texto apresentado.

**ODINETE DAMASCENO**, no uso da palavra, cumprimenta todas as participantes, informa que não teve tempo de ler a ata, deste modo não apresenta nenhum comentário a acrescentar sobre os registros apresentados.

Outras Conselheiras informam via Chat, que se abstém de manifestar sobre a ata a ser aprovada por não conseguirem tomar ciência do conteúdo.

A Secretária Executiva **MILLENA PASSOS**, pede a palavra, destacando que a ata foi disponibilizada por duas vezes via e-mail e através do grupo de whatsapp, tendo as Conselheiras se comprometido a tomar ciência da ata, que seria enviado por e-mail os questionamentos a serem analisados, para formalização e aprovação do ato na referida sessão em execução.

Após análise via Chat, a 9ª Sessão ordinária é aprovada com Quórum para tanto.

Seguindo ao próximo ponto de pauta, passa a apresentar o balanço da SPM:

Com a palavra Dr.ª **JULIETA PALMEIRA**: inicia cumprimentando todo o Conselho dos Direitos das Mulheres, relata realizar desde que assumiu a SPM, é realizada a prestação de contas anual, no final de todo exercício, cumprindo como ocorre no Conselho Nacional de Saúde, observa-se ser Conselhos diferentes, mas se sente na obrigação de ter uma concepção legítima em prestar contas anualmente, desde que tomou frende da direção da SPM. Será tratado sobre as ações da Secretaria de Política para as Mulheres e ao final será apresentado um resumo da execução orçamentária da Secretaria, trazendo o que foi

feito em seus quase 10 (dez) anos de existência, fazendo aniversário no dia 11 mês de maio do corrente ano (Lei 12.212).

Passa a apresentar os trabalhos realizados em 09 (nove) anos de atividade da Secretaria:

1. A criação da Rede de Enfrentamento à violência contra as mulheres, definida por lei específica é uma rede que contém serviços de enfrentamento a violência, com participação de instituições.
2. No ano de 2020 foram criados os Núcleos Especializados de Assistência à Mulher - NEAM, implantados nas delegacias (03 núcleos).
3. Interpretando os gráficos apresentados, existia 01 (uma) casa abrigo de acolhimento à longo prazo, já em 2020 contamos com 03 (três) casas de apoio similar, de responsabilidade da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, tendo em vista que toda política de abrigamento, é ligada à referida Secretaria, havendo uma regionalização das casas abrigos, passando com o decorrer dos anos a serem oficializadas, tendo em vista que a casa abrigo de Salvador recebia mulheres de todo o Estado, tendo a Conselheira Sandla Barros presente, integrante do SJDHDS, pessoa que conduz a política de implantação do projeto.
4. Sobre a Ronda Maria da Penha, observamos um crescimento considerado, passou a existir no ano de 2018, sendo implantado no mesmo ano 14 (quatorze) equipamentos, estando neste exercício com 22 (vinte e dois) equipamentos.
5. Sobre os CRAMS (Centros de Referências a Atendimento às Mulheres), previsto na Política Pública para Mulheres, como integrante da Rede de Enfrentamento contra a Violência as Mulheres, são centros com equipes interdisciplinares, é uma forma de responsabilidade municipal assistidos pelo Estado, infelizmente ainda não abrange os 417 municípios do Estado, no ano de 2018 havia 32 (trinta e dois) CRAMS em funcionamento, estando atualmente com 33 (trinta e três) unidades, tendo inaugurado uma única unidade do país, trazendo prioridade de atendimento para a população indígena, instalada na cidade de Santa Cruz Cabrália, quando em 2020 em plena pandemia, os Governos reduziram de forma avassaladora a abertura de novas unidades no Estado, a SPM é responsável em disponibilizar equipamentos para as unidades, com a atualidade em que vivemos os Governos municipais não estão suportando arcar com os gastos das unidades, apresentando uma retração.
6. Em relação às Varas Especializadas, de responsabilidade do Tribunal de Justiça, abarcado pelo Poder Judiciário. No ano de 2018 contávamos com 02 (duas) unidades, contando com 08 (oito) varas no exercício 2020, quatro unidades estão instaladas em Salvador.
7. DEAM, contamos atualmente com 15 unidades no Estado.
8. NAM – Núcleos de Atendimento às Mulheres, implantado quando o Município informa não haver condições de manter o centro de referência, é iniciado um Núcleo na localidade, tendo 05 (cinco) unidades instaladas no Estado.
9. Sobre as Casas de Acolhimento, contamos com 03 (três) unidades instaladas no Estado, trata de uma política municipal, onde muitas prefeituras criam dificuldades

para manter referidas unidades, por haver outras prioridades e por questões específicas.

10. Defensoria Pública (NUDEM), temos 01 (uma) unidade em Salvador, e vários núcleos distribuídos em diversas cidades do Estado, não tendo um dado específico, referente aos núcleos, onde já foi solicitado à Defensoria do Estado e aguarda resposta.
11. Ministério Público (GEDEM), contamos com uma unidade em Salvador, não tendo ciência de outros núcleos instalados no interior do Estado, tendo solicitado referida informação.

Após apresenta um leque de atendimentos prestados às mulheres implantados até o atual exercício, além dos já expostos anteriormente, sendo eles: Disk 180, DPT/Sala Lilás, Serviço viver, Maternidades, DPT, Hospital da Mulher (atendimento a partir de 12 anos), Delegacia da Mulher e Programa Respeita as Mina (surgiu a partir do ano de 2017, com o objetivo de enfrentamento de assédio às mulheres no carnaval de Salvador). Apresenta o protocolo de feminicídio que foi amplamente descrito na 9ª sessão ordinária, constando de forma minuciosa na referida ata. Passa a apresentar as ações e projetos, relacionadas ao enfrentamento à violência contra a mulher:

1. Março mulher: atividade realizada pela SPM, antes da pandemia, tendo como ações palestras sobre relacionamento abusivo, no Sine Bahia, palestras sobre masculinidade tóxica na Embasa, Direitos Sociais das Mulheres na Bahia no SESC Pelourinho e a Campanha "Quem ama abraça fazendo Escola" (Lançado em 2011, coordenado pela SPM da Presidência da República, passando a aplicar o projeto no estado da Bahia através da SPM local no ano de 2015, em parceria com a Comissão dos Direitos da Mulher na Assembleia Legislativa da Bahia, apresentando o projeto nas Redes Escolares do Estado), todas as ações voltadas para a prevenção e o enfrentamento à violência contra as mulheres, bem como a importância e fortalecimento da autonomia e empoderamento feminino.
2. Zap Respeita as Mina: criado pela SPM em outubro de 2020, é um serviço especializado de informações, denúncias e urgência, para mulheres em situação de violência, com integração ao serviço do disk 190 da SSP/BA, funciona 24hs por dia em 07 dias da semana, dos atendimentos já realizados 282 foram de urgência, para qual foi demandado encaminhamento de viatura da SSP.
3. Projeto Respeita as Mina – Litoral Sul: Assistido por Convênio Federal, através de emenda parlamentar apresentada pelo Deputado Davidson Magalhães, com início das ações no ano de 2017 em vigor até 2020, atendeu todos os 27 municípios do litoral sul.
4. Salas de Gênero: seu objetivo é discutir a problemática social, determinante da desigualdade de Gênero e outras formas de desigualdade social, classificação de professores e alunos sobre o contexto de gênero como parte do plano de formação do IAT.

5. 21 dias do ativismo, pelo fim da violência contra as mulheres: é uma campanha iniciada em 1991, pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), trata de uma mobilização do mundo para discutir e dar visibilidade a luta pela erradicação à violência de gênero e pela garantia dos direitos das mulheres. Ocorre no dia da Consciência negra, inicia no dia 20 de novembro até o dia 10 de dezembro, comemorado o dia dos direitos humanos, trabalho realizado com mulheres detentas, mulheres produtoras rurais, mulheres rendeiras, mulheres Quilombolas, casais em situação de rua, reuniões com a rede de enfrentamento a violência contra as mulheres, assim como lives abordando assuntos referentes a violência de gênero.

Sobre as Ações de enfrentamento à Covid 19:

1. Rede Mulher Solidária: com o objetivo de amenizar o impacto causado na vida das mulheres, pelas medidas sanitárias e de isolamento social, necessárias ao combate do novo corona vírus, lançado pela SPM, com a participação de outras instituições. O foco será especialmente voltado para as mulheres chefas de família monoparentais. O programa atuou na captação de recursos, itens alimentícios e de higiene pessoal e na mobilização de pessoas e instituições com o propósito de garantir a aquisição de materiais e produtos que compõem o kit mulher solidária para distribuição entre grupos, coletivos e associações de mulheres, em situação de vulnerabilidade social, nos bairros de Salvador e municípios mais atingidos pela covid-19. Distribuído até o momento 80 toneladas de alimentos.
2. Combate e prevenção da corona vírus, dentro da Secretaria de Política para as Mulheres, com a desinfecção de ambientes, uso de máscaras, disponibilização de álcool 70%, higienização das mãos, dentre outros elementos importantes para o combate à pandemia.

Sobre a autonomia econômica e social:

1. Edital março Mulheres: com tema Respeita as Mina, cujo objetivo é selecionar projetos de organizações da sociedade civil, que contribuam para fomentar a autonomia, o empoderamento, a promoção e defesa dos direitos das mulheres e prevenir e enfrentar a violência contra as mulheres.
2. Casas de farinha móvel: Licitação e chamada pública, visa o fortalecimento da organização produtiva de mulheres trabalhadoras rurais do Estado da Bahia, por meio da aquisição do equipamento e posterior cessão de uso visando o beneficiamento da mandioca para a produção de farinha e demais derivados e promoção à autonomia econômica direta destas mulheres, através da cidadania e qualificação. Além da entrega do bem o projeto prevê formação dos grupos de mulheres em gestão econômica, financeira, administrativa e de pessoal, políticas públicas para as mulheres rurais e prevenção e enfrentamento à violência e diferentes formas de organização, processos. Em 2020 foram adquiridas 10 casas de farinha móvel, todas adquiridas através de processo licitatório, dentre as aquisições 04 unidades destinadas para projeto de inclusão social e produtiva para

mulheres trabalhadoras rurais de comunidades quilombolas por emenda parlamentar Tia Eron. 01 casa de farinha através do convênio estadual FUNCEP. 05 casas de farinha móveis, por processo de chamada pública, contemplando 10 organizações da sociedade civil, emenda parlamentar Deputada Alice Portugal e Daniel Almeida, cujas entregas estão programadas para o ano corrente, em decorrência da pandemia.

3. Parcerias em ações integradas com outras secretarias do Estado: SETRE – Cine Bahia Mulher, SESOL (formação de mulheres de grupos produtivos); comitê gestor da agenda do trabalho Decente; SECTI – Projeto mulheres nas ciências. Grupo de trabalho Hub Mulher / política para atração de mulheres empreendedoras para o Parque Tecnológico; SEC – Quem ama abraça e salas de Gênero; SSP – Ronda Maria da Penha, Zap Respeita as Mina e outros; SJDHDS – Rede de enfrentamento / casa abrigo e de acolhimento; SEAP – Mulheres em restrição de liberdade; SESAB – Saúde da Mulher / Hospital da mulher e maternidades.

**Sobre o ponto de vista da Comunicação e mídia:** apresentação de campanha de sensibilização.

1. Fevereiro Carnaval 2020, 19 a 25 de março: Objetivo, combater o assédio e importunação sexual durante o evento, trabalhado há 04 anos consecutivos;
2. Fevereiro e março de 2020 (19 a 17 de março): Casa Respeita as Mina – espaço para orientação às mulheres durante o carnaval, debate, oficinas, dentre outros. Público alcançado 10 mil pessoas.
3. Maio – 27/05/2020: Campanha de sensibilização “Lave as mãos contra o coronavírus, contra a violência doméstica não!” peças publicitárias: outdoor (Salvador), outdoor social: 110 (Salvador), Carro de som: 30 municípios, spots rádio: capital e interior; anúncio em jornais, parceria com sites BN e BNews.
4. Junho (08/06/2020): criação da Rede Mulher Solidária com a participação de outras instituições, com produção de conteúdo para sites e redes sociais e divulgação para a imprensa, produção de Logomarca, card, faixas, adesivo, totens, flyer, caixa de coleta.
5. Julho (30/07/2020): Julho respeita as Pretas, ação em rede social, com divulgação semanal de dicas de leitura, com foco na produção literária de mulheres negras; Live Conferência, Lançamento do Pod Cast respeita as Mina.
6. Agosto (01 a 31/08/2020): “Agosto Lilás” em comemoração aos 14 anos da Lei Maria da Penha e ao mês dedicado ao enfrentamento da violência de gênero.
7. Setembro e outubro (30/09 a 05/10/2020): Webinar Cidades democráticas para mulheres, possibilitando às mulheres candidatas a cargos legislativos e majoritários nas eleições municipais de 2020 a participar de cursos, com a iniciativa da SPM-BA e do Instituto Patrícia Galvão.
8. Outubro – 08/10/2020: Webinar “Covid-19 e a Economia: O impacto na vida das Mulheres”, realizado pela SPM-BA, com transmissão no youtube e facebook da Secretaria.

Campanha de lançamento do Zap Respeita as Mina.

9. Novembro – 25 a 28/11/2020: “Unidas: Mulheres em diálogo” Salvador e Berlim se uniram como cidades-sedes do evento, mobilizando convidadas das mais diversas trajetórias, representatividades e origens para desenvolver pensamentos e ações visando o fortalecimento da luta pela igualdade de gênero.
10. Dezembro – 04/12/2020: Abraço simbólico dos 21 dias do ativismo pelo fim da violência contra a mulher, nas esculturas “As meninas do Brasil”, conhecidas como as gordinhas de Ondina. Tendo como objetivo chamar a atenção da população para as questões relacionadas à violência contra as mulheres. Campanha 21 dias do ativismo (vídeo patrocinado nas redes sociais), apresentando como foco a participação de homens na luta pelo enfrentamento à violência de gênero.

Sobre a produção de conteúdos:

- Redes Sociais: divulgação no facebook, Instagram e Twitter.

Sobre a Execução Orçamentária:

1. Foi disponibilizado para a SPM, através da Lei 14.184 10/01/2020, o valor correspondente a R\$ 8.396.000,00 (oito milhões, trezentos e noventa e seis mil reais), que corresponde a 0,17% em relação a todo o orçamento do Estado.
2. O valor executado no ano de 2020, correspondeu a R\$ 5.735.566,00 (cinco milhões setecentos e trinta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis reais).
3. Referente ao ano de 2021 a Secretaria está em processo de solicitação, no que a secretaria de planejamento destinará à Secretaria.

**Drª Julieta Palmeira** finaliza, informando que ainda há muito o que ser feito, por ser uma Secretaria nova, com orçamento muito restrito e com um desafio muito grande pela frente, agradece a toda a equipe da SPM pelo trabalho e empenho agradece a atenção de todas as Conselheiras.

Transferida a palavra para **MAISE ZUCCO**, agradece a Secretária por toda explanação e apresentação dos números, são interessantes para pensar no Conselho e avaliar as ações para o exercício atual, tendo que conviver com a pandemia ainda, não tendo progredido sobre o aspecto da Covid-19, pelo menos na questão da necessidade do distanciamento social, tendo o avanço da vacina, mas provavelmente emprego e renda, serão temas ainda muito importantes dentro do que estamos passando, analisando a realidade das mulheres, deste modo é necessário pensar sobre as ações a serem executadas neste exercício atual.

**SANDLA BARROS** solicita a palavra para retificar algumas informações sobre a casa abrigo, são eles:

1. A Casa Abrigo não é um equipamento ligado a política de direitos humanos, origina-se da política de assistência social, infelizmente na Bahia não temos uma Secretaria de Assistência Social, existindo apenas uma superintendência, que está na Secretaria de Justiça de Direitos Humanos e Social, muito embora o serviço para acolhimento às Mulheres em situação de violência, que é executado na casa abrigo

é tipificado pelo Serviço Nacional Sócio Assistenciais, através da resolução 109/2009, referente a Política de Assistência Social.

2. A segunda retificação refere-se aos pontos apresentados sobre a SJDHDS, que a Secretaria pretende abrir mais quatro casas abrigo, referida informação não confere, quando foi implantada regionalização, a proposta era 05 (cinco) casas abrigos no Estado, inicialmente foram implantadas 03 (três) casas, tendo como proposta que até 2022, no final do Governo Ruy Costa, fossem implantadas mais 02 (duas) casas abrigo, só que até o presente momento a Secretaria vem revendo esta decisão de implantar mais 02 (duas) casas, tendo em vista que foram implantadas em dezembro de 2018, em 2019 tiveram apenas 32 (trinta e dois) abrigamentos, dentro das 60 (sessenta) vagas temporárias de 180 dias disponíveis, muito embora as mulheres nunca utilizam todo o prazo disponível. No ano de 2020 ocorreu apenas 27 (vinte e sete) abrigamentos. Existindo uma discussão na Secretaria se realmente é necessário investir em mais casas abrigos, sendo que as três em funcionamento não estão sendo utilizadas como deveria, pelos 417 municípios. Deste modo, não existem afirmações se haverá ou não, novas implantações dessas casas de abrigo.
3. E a terceira retificação a ser feita, trata sobre a afirmação que a Bahia tem 03 (três) casas de acolhimento, uma em Feira de Santana, uma em Alagoinhas e uma em Jacobina, não confere, tendo em vista que em Feira de Santana nunca teve casa de acolhimento, a Secretaria em que atua vem rebatendo que não existe referida casa, na cidade havia uma casa de abrigo municipal, que quando ofertado pela Secretaria que representa, a possibilidade de Regionalização, a casa foi fechada e implantada a casa abrigo Regional. Existe uma casa de Acolhimento em Salvador, trazendo um conflito de localidade referente à Casa Abrigo. Finaliza seu discurso, agradecendo a atenção de todas.

**CÂNDIDA PIMENTEL**, a pedido se manifesta, elogia a apresentação da Secretária, através do seu discurso verifica que foi feita várias ações, mesmo em meio à pandemia, vem relatar que o número de abusos sexual infantil de outubro de 2020 até os dias atuais cresceu bastante, inclusive referente a pedido de aborto previsto em lei, inclusive na data anterior (11/02/2021), recebeu dois pedidos de aborto a ser realizado, ou seja, as pessoas estão cometendo falhas no atendimento, na respectiva data começou a mobilizar os Municípios, que nesse ano tivemos mudança de gestão, muitas pessoas novas no comando, tendo que começar do zero as ações sobre os assuntos em tela, solicita às conselheiras que são do interior para abraçar a mesma causa, mobilizando e organizando o fluxo de assistência à pessoas com situação de violência, com o objetivo de diminuir o índice que vem crescendo de forma desacelerada. Encerra, agradecendo a atenção.

Dr.<sup>a</sup> **JULIETA PALMEIRA**, passa a responder: sobre as retificações da Conselheira **Sandra Barros**, informa que participou muito dessa discussão sobre o controle de casas de abrigos regionais, posto que a SPM fazia parte da Câmara Técnica, da política de abrigamento, chegou a ir até Brasília para discutir sobre o assunto com integrantes da

SJDHDS, deste modo se passou a ideia de que considerava que estes projetos eram ligados a política de direitos humanos, de fato houve falha, tendo certeza que a competência é da Secretaria de Políticas Sociais, é uma política de abrigamento.

Sobre as casas abrigo, mediante as informações recebidas, haviam 03 (três) casas abrigos, tendo **Sandla Barro** esclarecido de forma exemplar sobre a realidade dos fatos.

Quanto às Casas de Acolhimentos, passa a complementar que Casas de Acolhimentos são de responsabilidade dos Municípios, mas a mídia de forma equivocada trata ambos os termos como casa Abrigo, o que na verdade esse trata de Casa Abrigo Regionalizada. Tendo informações do Setor responsável, por intermédio da Secretária Rogéria que a mesma casa que hoje é uma espécie de CRAM, será também uma casa de passagem, aproveita para atualizar a quantidade de CRAM's em Salvador, onde nos slides não foi incluído o CRAM instalado em Fazenda Grande- Cajazeiras no mês de janeiro do corrente ano.

Sobre as Casas de Acolhimentos, será necessário checar no âmbito dos Municípios, tendo em vista que às vezes as informações chegam de forma distorcida, assim irá buscar informações precisas para confirmar a retificação apresentada sobre os dados de Feira de Santana, Alagoinhas e Jacobina. Agradece atenção, de todas pela participação mediante a prestação de contas de um ano tão difícil em que foi vivenciado por todos, tendo a equipe se desdobrado para elaborar e tomar iniciativas, onde muitas delas aparecerão agora no mês de março, inclusive já anuncia que haverá a implantação do Sac Mulher Digital, a implantação da plataforma de negócios para mulheres empreendedoras, a Casa Respeita as Mina passará a ter uma produção de conteúdo, com parceria através do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha em conjunto com a SECT, voltada para o empreendedorismo feminino. Finaliza.

**MAGDA ALMEIDA**, pede a palavra e faz o seguinte questionamento: Sobre a Questão da Rede Mulher, voltado para as comunidades que foram atendidas na região metropolitana, no que diz respeito às doações.

**Dr.ª JULIETA PALMEIRA** responde que as doações das Redes Mulher Solidária ocorreram na região metropolitana e as 132 toneladas enviadas pelo Governo Federal tinha uma exigência que envolvia o partilhamento de 400 cestas básicas, para em média três pessoas com o objetivo de garantir segurança alimentar, no período de 30 dias, para Salvador e o restante para os CRAM's, foi uma ação já com destinação específica, intermediada através de um Convênio Federal, tendo como exigência que fosse colhido assinatura e número de CPF de cada mulher que fosse beneficiada com os alimentos, tendo a SPM conseguido concluir as entregas mesmo em tempo de Pandemia. Finaliza.

**MILENA PASSOS**, Secretária Executiva do CDDM, no uso de sua palavra passa a apresentar o balanço do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher:

Informa que disponibilizará os dados por e-mail e WhatsApp através do grupo, para que as conselheiras façam uma análise minuciosa, tendo em vista contamos com pouco tempo para análise neste ato.

Passa a apresentar:

No exercício de 2020 tomaram posse 12 (doze) Conselheiras e suas suplentes, representantes da Sociedade Civil, com mandato entre o ano de 2020 a 2024, iniciando os trabalhos no mês de fevereiro de 2020, com 06 (seis) Secretarias envolvidas que faz parte do Conselho.

O ano de 2020 foi concluído com 09 encontros, como faz prova as atas específicas de cada ato.

A Secretária Executiva foi convidada para fazer formação em dois municípios antes da Pandemia nas cidades de Ilheus e Presidente Tancredo Neves em seus Conselhos.

No exercício anterior ocorreram várias lives e webnários, dando oportunidade de dar continuidade nos trabalhos de forma virtual, mesmo com todas as limitações apresentadas com a Pandemia.

A divulgação de campanhas em prol de mais mulheres na política, de forma virtual, houve uma participação ampla de mulheres nessas lives, tendo inclusive mulheres que conseguiram se eleger em cargos legislativos.

**MAISE ZUCCO**, complementa a fala da Secretária Executiva, passa a apresentar alguns pontos que precisam ser melhorados no Conselho: Vivenciamos um período de adaptação que não é fácil, referente aos encontros online, algo que não ocorria antes que a pandemia se instalou no mundo, os orçamentos passaram a estar atrelados à questão da Covid. Verifica a importância de construir uma agenda para haver uma organização específica dos atos a serem executados pelo conselho, tendo em vista que o exercício passado as execuções do conselho aconteceram de forma atropelada, observa a necessidade de uma gestão maior em conjunto com a organização de cada ato, entendendo que não adianta fazer crítica sem fazer proposta, para tanto a interlocutora já se coloca à disposição para elaborar um questionário, sendo necessário o engajamento de todas as conselheiras para responder o questionário, listando data importantes a serem lembradas no Exercício atual e construir um calendário para estudar a melhor forma de atuar no corrente ano. Requer uma reunião com pauta única para estabelecer a agenda anual, com o objetivo de traçar planos para o exercício que se inicia.

**Dr.ª JULIETA PALMEIRA**, pede a palavra para apresentar um informe: que no início do mês de fevereiro ocorreu a publicação do Regimento e do documento que apresenta a Conferência Nacional dos Direitos das Mulheres, a ser realizada no mês de março, trata de um documento muito mal elaborado, tendo em vista que não se refere a nenhuma política pública de mulheres, é um documento que se resume em comparar o auxílio emergencial ao programa bolsa família, inclusive apresentando informações incorretas, levantando que o auxílio emergencial é uma ação do Governo Federal, o que não é verídico, tendo em vista que referido auxílio foi aprovada pelo Congresso Nacional, através do Governo federal. Referido documento traz uma ampla insuficiência em relação ao resgate das Políticas Públicas para as Mulheres, declarando ser uma opinião particular. Sobre o regimento, apresenta uma retração sobre as delegações estaduais, constando uma valorização aparente dos municípios, ouve um aumento das delegados do Governo Federal, comparado a outras conferências, entendendo que essa Conferência será

realizada em um momento muito impróprio, existindo diversas outras medidas a serem realizadas mediante à covid-19 e seu impacto, tendo como prioridade a disponibilização da vacina, a questão do emprego, a questão da sustentabilidade alimentar, uma solução para a geração de renda, precisa haver uma mobilização muito grande para erradicar essas questões que assolam as mulheres de um modo geral, ressaltando que essas etapas da realização da conferência precisa ser realizada de forma virtual. Acrescenta que o Governo está disposto a discutir com o Conselho sobre o assunto, entendendo que não é o momento da Conferência ser realizada, tendo que prorrogar para um momento mais oportuno, tendo em vista a Pandemia em que estamos vivendo.

A maior parte das Conselheiras se manifestam discordando da data apresentada para a realização da 5ª Conferência Nacional dos Direitos das Mulheres, por conta da pandemia.

**DANIELE COSTA**, no uso de sua palavra responde aos questionamentos, informando que a SPM também apresenta as mesmas indagações, tendo em vista que a Conferência é um espaço importantíssimo a ser valorizado enquanto controle social da sociedade civil, elaboração e revisão das políticas públicas, sendo um espaço conquistado por todas as mulheres empenhadas no início do governo Lula, pós criação da secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, estamos vivendo um momento atual repleto de dificuldades apresentados pelo atual governo, que mesmo mantendo esse arranjo institucional de uma Secretaria que não tem mais status de Ministério, não há investimento de fato nos programas e projetos que eram desenvolvidos antes, como ações estratégicas do programa "Mulher Viver sem Violência" nas áreas de enfrentamento, área de autonomia, estando resistindo e sobrevivendo atualmente, a partir de convênios federais por emendas impositivas da bancada no Congresso Nacional, são esses programas e projetos que ainda são desenvolvidos com o financiamento dessas emendas impositivas, além do orçamento do próprio Estado, estamos vivendo um momento de bastante retrocesso na área institucional da política pública. No ano de 2018, quando a conferência foi lançada pelo Governo Temer, poucos Estados realizaram conferências, acreditando que só o Estado do Pernambuco conseguiu fazer um Congresso muito acelerado em sua atuação.

O que a Secretaria tem acompanhado, por estarem atuantes nas instâncias nacionais, deste modo, todas as reuniões que a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres convoca para gestoras públicas a SPM tem participado, inclusive vocacionando outras secretarias, constituindo um fórum do nordeste de gestoras públicas, com o objetivo de construir esse contraponto com a política nacional de retrocesso, lançando notas em conjunto, com pensamentos articulados com as demais gestoras do Nordeste.

O que a Secretaria sugere é que o Conselho discuta esses quesitos tomando uma posição e leve o posicionamento discutido, mas não sendo aprovado o discurso apresentado no Conselho Nacional, será necessário realizar o processo de mobilização e realização das conferências, o desejo é sugerir o adiamento da realização da Conferência Nacional para o próximo ano, levando em consideração que o próprio Ministério da Saúde relata em seus depoimentos a expectativa que até o final do ano de 2021, toda a população brasileira ou sua grande maioria, será vacinada, sendo uma expectativa que também temos sobre o

assunto, tendo o Ministério da Saúde apresentado inclusive um cronograma, deste modo, o objetivo da realização da Conferência Nacional vislumbra-se sua ocorrência para o próximo ano (2022), estabelecendo que o corrente ano estamos no período de pandemia, com muita instabilidade, acreditando que o Amazonas passará por um 3º ciclo de pandemia, sendo a informação extremamente preocupante, tendo em vista que nem passou a 2ª onda dessa doença, na Bahia já estamos com índices alarmantes, onde não sabemos o que fazer, estando entre a faixa vermelha e a faixa amarela, deste modo, realizar uma conferência em tempos como estamos vivendo, é considerado muito temerário. Sabemos da importância da Conferência, é necessária sua realização, mas é necessário discutir uma sugestão para sua realização ser prorrogada para o próximo ano.

A Conselheira **EDNA PINHO**, questiona se não for aceito a prorrogação para o próximo ano, o conselho Estadual estará obrigado a participar do pleito; **DANIELLE COSTA**, em resposta, informa que havendo a negativa da prorrogação da realização da Conferência, será marcada uma reunião extraordinária com as conselheiras estadual, para tratar do assunto e construir um processo, sugerindo que a Conferência ocorra ao menos de forma digital, trazendo alternativas viáveis, dentre elas, que o ato aconteça de forma online, tendo em vista que no regimento aprovado, as conferências livres e online não são eletivas, trazendo apenas as Conferências presenciais como parâmetro eletivo. Será um trabalho árduo, tendo em vista a necessidade de fazer mobilização em todo o interior do Estado, para constar a SPM está conseguindo agregar a equipe técnica em viagens agora, aplicando de forma minuciosa, todos os procedimentos de segurança, como realização de exames de testagem antes da viagem e após sua chegada, verifica-se a existência de equipe sintomática, porque havendo uma servidora apresentando sintomas, a viagem será suspensa, tendo todos os cuidados necessários preservados, deste modo as execuções estão realizadas de forma preventiva por questões de instabilidades vivenciadas com a pandemia. Deste modo é necessário observar que abrindo um processo de conferências municipais na situação em que estamos vivenciando, observando que através do regimento as Conferências devem acontecer no final do mês de março do corrente ano. Tendo os meses de março, abril e maio para realização das conferências municipais e os meses de junho e julho a realização das conferências Estaduais, do ponto de vista administrativo os processos de conferência já estão abertos, por estar agendado sua realização para o ano passado (2020), com a pandemia foi necessário a suspensão de todos os procedimentos administrativos, tendo encaminhado para todas as secretarias indicações para as comissões organizadoras, já tendo recebido indicações das referidas comissões do Estado tendo a CDDM como participante, muito embora, todo o processo está paralisado por conta da instabilidade que estamos vivendo.

Outras conselheiras sugerem através de mensagem via chat, sobre a prorrogação da Conferência para o próximo ano e caso não seja aceita a proposta, analisar a possibilidade de realização do pleito de forma virtual.

Em seguida **MAISE ZUCCO** solicita a palavra para apresentar a seguinte colocação: que não vai replicar nem repetir sobre o que as conselheiras já apresentaram, pois também faz

coro ao conteúdo discutido, tendo apenas dois elementos práticos que a interlocutora adicionaria: qual seria o maior produto da conferência, sendo os planos de políticas para as mulheres, tendo que ser analisado que os planos estão todos atrasados, deste modo não será possível ter acesso a esta demanda, não trazendo mudanças de forma geral no sentido de acelerar ou atrasar a criação do referido plano, levando-se em consideração que estamos em um governo com atuações extremamente complicadas, não é possível analisar se o produto da conferência o que será utilizado, não sabemos como será sua efetividade, deste modo acelerar o processo não vai garantir nenhuma política ou a garantia de nenhum orçamento que o plano plurianual já foi apresentado, não alterando a realidade orçamentária de Estados e Municípios que aumentam no primeiro ano de gestão municipal, mas também não será interferido, entendendo que na prática não muda muito a realidade em que está sendo vivenciada, tendo em vista a inexistência de vacância, cerceando um tipo de debate presencial que ocorre de forma completamente diferenciada, estando de acordo com as conselheiras quanto aos demais questionamentos apresentados. Se posiciona pela apresentação da prorrogação, tendo em vista que essa prorrogação não seja acatada marca-se uma data para discutir sobre uma melhor política a ser feita em torno do melhor caminho a ser tomado, mas precisamos decidir questões por partes, verificando a possibilidade de prorrogação do congresso em primeiro momento, que as demais conselheiras se posicionem através do chat para definir a questão. Passando a palavra para quem quiser se posicionar.

**EDNA PINHO** pergunta se a cópia do regimento foi disponibilizada para as conselheiras.

**MAISE ZUCCO**, informa que disponibilizou o link do regimento no chat, podendo disponibilizar no grupo da CDDM.

**DANIELE COSTA**, requer a palavra e apresenta uma iniciativa realizada na gestão e que vem dando um resultado positivo, podendo a Sociedade Civil também executar, que seria fazer a articulação das representantes das sociedades civil em conselhos Estaduais para fazer um fórum de debates sobre essas questões, observa ser muito importante a rearticulação nacional da sociedade civil, tendo em vista que o Conselho Nacional tem uma configuração bastante difícil, analisando as suas atribuições o papel do Conselho Nacional mudou muito na gestão atual do Governo.

**MAISE ZUCCO** propõe uma alternativa, qual seja, estabelecer um contato mais direto, sem esperar a realização das reuniões nacionais, possibilitando a articulação de forma mais célere com a Rede Nordeste através dos seus conselhos e essa articulação nacional, podendo verificar a possibilidade de criar um grupo no whatsapp, para fazer contato mais rápido. Apresenta a necessidade de criar uma comissão para integrar aos atos do 8M, para representação, requer o posicionamento das conselheiras sobre o assunto, para criação dessa equipe, para acompanhar as ações referentes ao ato.

A conselheira **JULIANA CAMPOS**, manifesta de forma positiva para a criação de referida comissão.

**EDNA PINHO** informa que o GINGA já tem representação no 8M, estando favorável á criação da comissão.

**MAGDA DE SOUSA ALMEIDA**, manifesta estar acompanhando através da UNISOL.

**MAISE ZUCCO** acrescenta ser interessante criar a comissão com os componentes que já estão acompanhando, propondo como participantes as conselheiras Juliana, Edna e Magda. **EDNA PINHO** informa que está sendo acompanhado por Adriana representando o GINGA, mesmo assim a conselheira se coloca à disposição para participar das reuniões, desde que a reunião não seja realizada de forma presencial.

**MAISE ZUCCO**, informa haver uma reunião nesta mesma data, às 18 (dezoito) hs, e requisita as três conselheiras para acompanhar o ato, se coloca à disposição para também participar da reunião para em outra oportunidade transmitir para as interessadas o que foi tratado na sessão, podendo ver a possibilidade de um revezamento entre as conselheiras para representar o conselho em todas as reuniões, informa que **MAGDA ALMEIDA** disponibilizará o link para acesso a reunião.

**MAISE ZUCCO** apresenta a aprovação de todas as conselheiras para o pedido de prorrogação da Conferência Nacional, informa que a próxima reunião a ser discutida em pauta única sobre o planejamento e organização do conselho. Finaliza a reunião desejando um ótimo exercício para o conselho.

Finalizo a Ata, agradecendo a todas as Conselheiras presentes, da qual, para constar, eu, **MILLENA ALMEIDA SILVA** lavrei a presente ata, que se aprovada, será assinada pelas conselheiras presentes.

Salvador, 12 de fevereiro de 2021.

### SOCIEDADE CIVIL

Maise Caroline Zucco (NEIM) Maise Caroline Zucco

Juliana Campos (UBM) Juliana Campos

Renilda da Silva Santos (FETAG) Renilda da Silva Santos

Andreia Pinheiro Almeida (UNEGRO) Andreia Pinheiro Almeida

Jasmim Santos Souza (AESOS) Jasmim Santos Souza

Luciana Assunção (AESOS) Luciana Assunção

Layane Clara Contrim Araújo (UNE) Layane Clara Contrim Araújo

EdnaDa Silva Pinho De Oliveira (MMSG) Edna da Silva Pinho de Oliveira

AdrianaSantos Silva (VTG) Adriana Santos Silva

LourivâniaSoares Santos (AMP) Lourivânia Soares Santos

Magda de Sousa Almeida (UNISOL) Magda de Sousa Almeida

Gabriela Caldas Quintão da Silva (UJS) Gabriela Caldas Quintão da Silva

Carolina

ThiffanyOdara Lima da Silva (ALIANÇA) \_\_\_\_\_

TerezaCristina da Silva (CTB) \_\_\_\_\_

Flora Dassance (FETIM) \_\_\_\_\_

### PODER PÚBLICO

Julieta Palmeira (SPM/BA) \_\_\_\_\_

Daniele Costa (SPM/BA) \_\_\_\_\_

Cândida Maria Pimentel (SECAB) \_\_\_\_\_

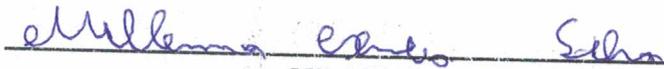
Dandara Lopes Correia (SEPROMI) \_\_\_\_\_

Odinete Pereira Sousa Damasceno (SETRE) \_\_\_\_\_

SandlaWilma de Barros santos (SJDHDS) \_\_\_\_\_

### ASSESSORIA JURÍDICA

Jordana Britto (ASTEC/SPM) \_\_\_\_\_



**MILLENA ALMEIDA SILVA**

Secretária Executiva

Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CDDM